

CEDI - P. I. B.
DATA 24 / 11 / 92
COD. 152 00016

RELATORIO PROJETO KRAHÓ

Maria Elisa Ladeira

Gilberto Azanha

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA



RELATÓRIO DO PROJETO KRAHÔ

período de 01/01/1980 a 30/02/1981

Conforme havíamos combinado no nosso encontro com João Canuto -líder da aldeia do "Galheiro"- em Brasília (vide nossa carta do 23/06/80), em começo de agosto estávamos em Itacajá, onde já nos aguardavam alguns índios. Em seguida fomos para o "Galheiro", em carro fretado. O chefe do posto indígena da FUNAI, sr. Pedro Paulo, quando nos viu chegar, nos recebeu amavelmente, nada nos perguntado sobre a autorização da FUNAI. À noite porém nos chamou na sede do posto - distante perto de 1 km. da aldeia - e para lá nos dirigimos juntamente com João Canuto e a maioria dos homens adultos. Sabendo nessa conversa que não portávamos a autorização da FUNAI, mas ao mesmo tempo não querendo se indispor com os índios - que, conforme lhe disse João, haviam dado a autorização - preferiu se ausentar da aldeia durante o período em que lá permanecemos. Assim poderia, cremos, justificar-se perante o delegado regional da FUNAI.

Poucos dias antes da nossa chegada, João Canuto tinha tido um discussão com o chefe do posto, a propósito de um pagamento devido a alguns rapazes da aldeia. Segundo aqueles que a presenciaram, o tom da discussão foi bastante agressivo, com João Canuto pedindo para que o chefe do posto se retirasse da aldeia. Segundo João, seu propósito era relamente "botar para fora o Pedro Paulo", e somente não concretizou a ameaça devido a interferência de alguns índios em favor do chefe do posto. Pelo que ficamos sabendo depois, aqueles que tinham intercedido pelo chefe do posto argu-

mantavam que apesar de ser ruim, de "não ficar na aldeia" etc..., "era melhor do que ficar sem ninguém". João nos dizia que estes índios já estavam conformados com a FUNAI e que ficavam dizendo na aldeia que ele, João, estava "enganando o povo", porque nós não voltaríamos mais, que a FUNAI não ia deixar etc... Tais comentários ilustra bem, a nosso ver, o estado de espírito reinante na aldeia quando da nossa chegada. E revela o tipo de expectativa que os Krahô mantêm em relação à nós e à FUNAI: aqueles índios mais velhos (uma boa parte dos conselheiros de João Canuto) temem que, sozinhos, não poderão sobreviver, enquanto que outros (os mais jovens, os "afoitos" segundo o consenso do "conselho" Krahô) acreditam ser possível recuperar a autonomia, mas não vêm muito claro como isto seria possível sem a nossa interferência. A situação ideal seria, para todos os Krahô do "Galheiro", a nossa volta para a aldeia, a substituição pura e simples da FUNAI por nós. Dentro da visão Krahô, seria a troca de um "mal protetor" por um "bom protetor". Ainda quando do nosso encontro com João Canuto em Brasília, este tentava pressionar a FUNAI para que a nossa volta e permanência na área fosse possível e permitida. Diante da negativa e das evasivas dos funcionários, tentamos fazer ver ao João que eles somente conseguiriam "dispensar" a FUNAI quando a "sobrevivência" (em sentido amplo) do grupo dependesse exclusivamente deles, Krahô, e não da FUNAI ou de nós. E que, neste sentido, o que poderíamos fazer - e vínhamos fazendo - era dar a ajuda e os conselhos necessários etc...

Mas sabemos que este tipo de discurso, por si só, não leva a muita coisa. O próprio João crê que, entre mobilizar o grupo para sua sobrevivência autônoma (econômica e política) e poder dispor o tempo todo da nossa ajuda, esta última opção é a que lhe convém no momento. E isto ocorre não porque seja a alternativa mais comoda apenas, mas sobretudo porque esta opção está condicionada pela visão que os Krahô têm do "branco" (o cupê) e pela história da sua relação com estes. Aukêê, o primeiro branco, diz o mito Timbira, era um menino muito "sabido": com horas de nascido já andava, transformava-se em todos os bichos e assustava a todos. Resolveram pois matá-lo. Depois de duas tentativas infrutife-

ras, conseguem destruí-lo com o fogo. Quando na manhã seguinte seus parentes voltam ao local para recolherem suas cinzas, encontram no lugar uma enorme casa de fazenda, com muito gado e criação e muitas mercadorias. Aukêê tenta então transformá-los em brancos como ele, e lhes oferecem optarem entre o arco/flecha e a espingarda; um velho atira com a espingarda e se assusta, optando pelo arco e flecha. Se houvessem optado pela espingarda teriam se transformado em brancos. Aukêê ficou então com muita pena dos índios e lhes disse: "eu fico com muita pena de vocês, porque não querem me acompanhar. Agora eu sou o pai de vocês todos. Vocês agora me chamam de pai; podem me chamar de onde vocês estiverem; podem me visitar que eu dou alguma coisa e não esqueço de vocês...". Aukêê habita hoje nas grandes cidades. Este mito serve de base para a dicotomia que os Krahô fazem entre os "brancos de longe" (das grandes cidades) e os "de perto" (os regionais vizinhos e de Itacajá): os primeiros são aqueles que lhes dão presentes, que admiram suas festas e que estão prontos a lhes dar a proteção paternalista assegurada por Aukêê; os de "perto" são os que os ameaçam com massacres, que não lhes dão nada sem exigir algo em troca, que os discriminam e que não demonstram um mínimo de interesse pelas suas festas. Tanto nós quanto os funcionários da Funai na área estamos numa posição ambígua quanto a este registro: a nossa posição é vista como "posição Aukêê", por assim dizer; mas, mais do que dádivas o que lhes oferecemos são meios concretos para se transformarem (mas não são todos que conseguem perceber essa diferença, ao menos por enquanto); a FUNAI (e antes o Serviço de Proteção ao Índio) enquanto instituição (com um presidente numa cidade grande que os presenteia quando para lá se dirigem) os "protege", (mas os funcionários locais estão, aos olhos do Krahô, comprometidos com os interesses dos regionais e de Itacajá, e atuam como estes frente ao Krahô: não lhes dão nada sem exigir algo em troca).

É impossível alterar esta visão sem uma ação concreta; por outro lado, sem alterar esta visão - ao menos em parte - é impos-



Festa e corrida de tora na aldeia do Galheiro.
Foto Gilberto Azanha, 1981

Krahô

é possível transformar as condições atuais de sobrevivência (vide o projeto apresentado por nós onde mostramos quais são) e fazer com que o grupo atinja uma relativa autonomia frente aos brancos. Transformar "as condições atuais de sobrevivência" exige pois alterar as relações históricas que os Krahô mantêm com o branco e a visão que possuem desta relação.

Por outro lado, poderíamos perguntar porque alterá-las, já que os Krahô sobrevivem nestas bases há pelo menos 100 anos. Não estaria nesta "visão" um modo de resistência que nos demonstraria que "se é Krahô apesar de ..."? Os Krahô têm consciência do fato que seu modo de vida alterou-se depois do "contato" (do massacre e da confinamento em um território mais ou menos vigiado). Têm consciência da crise que, depois disto, tem afetado sua sociedade (a dispersão das famílias, os "movimentos messiânicos" - onde se acreditava na volta de Aukêê, que lhes assegurasse a um só tempo a proteção indefinida e a abundância - são os sintomas desta "crise"). Acreditamos que a expressão característica destas transformações, para o Krahô, seja a problematização do futuro: Milton Kapyhi, um jovem, nos diz, sempre, que "não gostaria que meu filho passasse necessidade", "o que vai ser de nós, como é que eles vão ficar". E quais as opções - fora da proteção indefinida de "Aukêê" possíveis, sejam mágicos ou reencarnados - podem se oferecer (e têm se oferecido) aos Krahô? Acreditamos serem, para os Krahô, estas alternativas: ou deixamos a aldeia e viramos cupê ou continuamos Krahô, o que significa, nos seus próprios termos "correr com tora, brincar... e passar fome". A outra alternativa possível seria aquela de voltar a ser Krahô na abundância - e é este que procuramos levar, mesmo sabendo que, por ser nova na sua prática exige a transformação das condições atuais de sobrevivência.

Os índios sabem muito bem que "ser Krahô" (correr com tora, "brincar", isto é, realizar os rituais) só é possível morando na aldeia. "Deixar a aldeia" - o que ocorria com frequência no Galheiro - "morar como cupê", é não participar dos rituais, e, ao mesmo tempo, sub-

trair-se à obrigação de dividir com os "parentes" aquilo que consegue na sua roça, nas fazendas ou em Itacajá. Isolar-se significa a possibilidade de "acumular", rompendo os laços de parentesco. Mas os Krahô sabem também que esta opção não melhora em nada a sua condição de vida; há perto de 50 anos atrás, Bernardino, um Krahô, casou-se com uma branca e deu duas de suas filhas para casarem com pretos. Desligaram-se da aldeia da Serrinha (antiga aldeia do povo do Galheiro) e formaram um núcleo isolado dentro da área, com suas casas formando uma rua. Honoravam como brancos. Bernardino já havia mostrado ser possível adotar os costumes e o modo de vida dos cupé. Mas o que conseguiu com isto foi se transformar, - junto com a sua descendência, - nos mais pobres e obscuros dos sertanejos. Sem alternativas, o caminho possível é este no entanto.

"Voltar a ser Krahô na abundância", por outro lado, é uma alternativa difícil, realizável num prazo muito longo, porque exige transformações internas que venham dar conta de um ambiente (sentido amplo) profundamente alterado. Hoje, "abundância" não significa mais uma disponibilidade de recursos em um território aberto, relativamente à mão de cada um dos grupos domésticos, caça e frutos suficientes para a sua reprodução dentro de uma ordem cultural determinada. Significa uma carga maior de trabalho agrícola, acesso aos bens industrializados impostos pelo branco. É a procura destes "bens" que força a dispersão dos grupos domésticos (ver os detalhes deste processo no "Relatório de Atividades - 1979). E é ingênuo pensar que os Krahô poderão um dia "usar" e "recusar" estes "bens" (o "ambiente" não o permite). Afora as "araras pretas" - em extinção - a única coisa que dispõem os Krahô para trocar e ter acesso a estes bens é a sua "força de trabalho". Mas até que ponto os Krahô estariam dispostos a realizar a substituição da utilização da sua mão-de-obra "fora da área" por um "esforço concentrado dentro da área" para gerar um "excedente coletivo"? Os Krahô - eles próprios o dizem - estão "acostumados a passar fome"... Mas não é a "fome" (mero efeito de um processo muito mais amplo) a "matriz" da nossa ação.

Que este excedente (que mais que um "excesso" é algo novo) seja possível o sabemos, pois durante o período que trabalhamos como contratados da FUNAI ele foi realizado. Mas o foi sobretudo porque, enquanto "chefes honorários" (pa'hire) que somos, tínhamos (e temos) condições de conseguir a unidade do grupo sem muitos problemas (enquanto mê pa'hire nosso compromisso é com a aldeia como um todo e não com um grupo particular de "parentes").

O maior problema no Galheiro hoje está justamente em como "administrar" este excedente, que é, na verdade, o próprio projeto. De um ponto de vista teórico, para se administrar este excedente é preciso que exista dentro da comunidade um "poder legítimo", alguém - um chefe, pa'hi - a quem a maioria das famílias poderiam delegar o poder de representar o "interesse geral". Numa situação-limite, o grupo doméstico deveria delegar a alguém a sua decisão de produzir quanto e o quê. Mas tal situação vai contra as regras Krahô de organização, que implicam na autonomia do grupo doméstico na realização das tarefas de subsistência e onde um esforço propriamente coletivo só ocorre nas situações rituais.

Durante nossa permanência na área ouvimos muitas queixas em relação a João Canuto, ao seu modo de conduzir o projeto. Mas tais comentários refletem muito mais uma certa modalidade de controle da comunidade sobre o chefe do que uma crítica à capacidade de liderança de João Canuto. Esta liderança não é contestada ao nível do pátio, onde João tem o total apoio dos "conselheiros" (os mais velhos da comunidade). Os mais jovens crêm que poderiam "administrar" melhor o projeto, mas estes não têm o consenso do grupo que João consegue reobter, ao menos formalmente. Imaginávamos que a situação ideal seria aquela em que o equilíbrio entre os "velhos" (mê kati) e os "jovens" (mê kare e mê twajê) fosse alcançado, com estes participando de algum modo na "administração" do projeto e não somente na sua execução. Decidiu-se então, por sugestão nossa, em reunião



Ribamar e Agostinho, Aldeia do Galeiro.
Foto Gilberto Azanha, 1981

Azanha

no pátio, que Milto Hapy'hi, um kare (jovem casado, com filhos, mas ainda não-sogro) participaria, junto com João, na condução do projeto e do controle da aplicação do dinheiro, tanto das roças particulares como da roça grande.

No final de setembro, João Canuto esteve em São Paulo, onde nos informou a respeito da roça grande e pediu um adiantamento para a compra de sementes. (entregamos R\$ 70.000,00). Nesta época, João nos informou que a roça grande, com 16 "tarefas" (perto de 3 ha.) estava derrubada e que o plantio seria efetuado no mês de outubro (no fim deste mês). As roças particulares seriam plantadas depois de plantada a roça grande. Neste meio tempo, recebemos 2 cartas de Milton Hapy'hi, onde nos relatava a situação da aldeia e os trabalhos da roça grande. O tom destas cartas era de ressentimento contra João Canuto, pois, ~~de~~ ponto de vista, João não estava cumprindo com o combinado, já que ele Milton tinha sido impedido de fiscalizar a aplicação do dinheiro. Afirmava ainda que João Canuto estava gastando muito dinheiro só com a sua "casa" (beneficiando seu grupo de parentes em detrimento da aldeia como um todo). Em relação a esta última crítica, sabemos muito bem que a chefia tem seu preço: o grupo como um todo deveria colocar os roçados do chefe, deveria auxiliá-lo na construção de sua casa etc... Ainda naquela reunião no pátio, enfatizamos perante toda a aldeia que era à comunidade, mais do que a nós, que João Canuto deveria "prestar contas". Para ser reconhecido como pa'hi (e não meramente como "capitão", intermediário das relações comunidade/posto da FUNAI) e ser mantido como tal, o chefe deve ghar pelos interesses da comunidade mais do que aqueles do seu grupo restrito de parentes. Essa é a norma Krejô. Mas é claro que a manutenção deste equilíbrio de interesses é sempre difícil: sempre, qualquer que seja o chefe, ocorrerão queixas veladas, porque, como diz João Canuto, "não dá para contentar todo o povo, e cada um tem uma cabeça" (a última frase expressa a autonomia relativa do grupo doméstico).

A própria estrutura do sistema social Krehô torna difícil a obtenção de um consenso, que leve a uma ação coletiva, em se tratando da subsistência. Esta constatação, um tanto teórica, tornou-se patente quando da última viagem que fizemos à área. A "roça grande" não foi toda plantada, ficando mais de 1/3 do que foi derrubado perdido no mato. As razões dadas pela maioria dos homens do Galheiro foi a da impossibilidade de conciliar, devido ao tempo disponível, os trabalhos da roça grande e nas roças "de cada um". Fizemos 3 reuniões no pátio com todos os homens do Galheiro com a intenção de avaliarmos o projeto da "roça grande". Destas conversações pudemos inferir o seguinte: que, para a maioria dos homens do Galheiro, "trabalhar na roça grande" não é igual a "trabalhar para si" (para a subsistência do seu grupo doméstico); que a "roça grande" é o "projeto do João Canuto" e não "a minha roça particular". A maioria dos homens participaram da derrubada e preparação da "roça grande", mas quando acabou o dinheiro que fornecemos para João Canuto poder realizar a "convocação para o trabalho" (basicamente o fornecimento de alimentos), ninguém mais foi, apesar dos apelos de João Canuto. A razão disto deu-nos um índio: "na roça da gente mesmo, a gente trabalha até com fome, mas na dos outros ninguém trabalha não...". Este comentário revela a falha da nossa proposta de modo muito claro. Impossibilitados de permanecermos na área pela FUNAI, acreditamos que João Canuto poderia nos "substituir" na condução do projeto, ^{Mas} ~~porque~~ é muito mais difícil para ele realizar aquilo que nós mesmos poderíamos, pelas razões dadas na página 6.

O esforço de condução ^{realizada} por João Canuto foi grande e, no final dos 3 dias de reuniões, queixava-se da falta de "ouvido" (isto é, de compreensão) de muitos dos homens da aldeia, que não ouviam suas palavras e saíam da aldeia no período do plantio da "roça grande".

No último dia de reunião Milton Hapyhhi sugeriu que, para o próximo plantio, a aldeia fosse dividida pelos grupos de "parentes" e cada qual fizesse a sua "roça grande". A reação a esta idéia foi imediata: todos os presentes foram contra porque, diziam, tal plano acabaria com as corridas de tora e o

ami kîn (os rituais). Os rituais Krahô têm um calendário mais ou menos fixo de realização, intercalando-se com os períodos de trabalhos na roça e com as andanças nos "moradores" e Itacajá. Só podem ser realizados quando a totalidade dos grupos domésticos que compõem a aldeia se encontram liberados dos trabalhos de subsistência (quando pois seus interesses imediatos estão satisfeitos). Se a maioria destes grupos não consegue ou têm dificuldades em garantir sua subsistência, "o povo se espalha". A proposta do Milton acabaria com qualquer pretensão de se fazer algo em comum no que diz respeito à subsistência e ao mesmo tempo forçaria os Krahô a optarem por um "comer mais" que traria como consequência "correr menos com tora e realizar menos ami kîn". Foi justamente por isto que os homens recusaram a proposta do Milton, porque sabem que "correr e brincar as festas" é o que define os Krahô enquanto membros de uma sociedade diferente daquela que os envolve.

A discussão desta proposta durou mais ou menos 6 horas e ao final dela ninguém tinha apresentado nenhuma outra para contrapor à do Milton. Mais tarde porém chamaram-me no pátio, onde a maioria dos homens estavam novamente reunidos com João Canuto. Discutiam ali, com grande entusiasmo, uma proposta apresentada por Alberto Hapyhhi e queriam ouvir a minha opinião. Esta nova proposta consistia no seguinte: todos os homens da aldeia seriam divididos segundo as suas filiações às metades cerimoniais Catamjê e Wacmêjê e colocariam, numa só roça, 2 "tarefas" (perto de 1 ha.) para cada homem. Existem na aldeia do Galheiro 16 homens Catamjê e 16 Wacmêjê, o que daria uma roça coletiva com 64 "tarefas" (ou 4 alqueires). Como em cada casa (ou "grupo doméstico") existe necessariamente mais de um homem, cada grupo doméstico da aldeia ficaria no final com 6 a 6 "tarefas" de roça, medida suficiente para as dimensões dos grupos da aldeia do Galheiro. Além disto, "todo dia teria tora", pois as corridas são realizadas com a disputa das metades Catamjê/Wacmêjê e certamente a rivalidade - puramente formal e "esportiva" - entre estas metades contaminaria o próprio trabalho na roça, o que deixou todos os homens animados.

Endosseí prontamente a proposta e em seguida João Canuto nomeou os "encarregados da turma", escolhendo dois homens para cada metade (Milton e Alberto, Catamjê e Afonso e Ribamar, Wacmêjê). Eles serão os respon-

áveis pela condução dos trabalhos da roça e pela "administração" do dinheiro.

No dia seguinte, eu e João Canuto nos reunimos com os encarregados das metades e ficou decidido que os trabalhos iniciais da roça (broca e derrubada) começariam no final de Abril e começo de Maio. Milton Hapyhhi esteve em São Paulo entre os dias 15 e 20 de abril p.p. e, graças a um adiantamento do Fundo Samuel, pode levar R\$160.000,00 (R\$80.000,00 para cada metade) - valor este que combinamos na aldeia - para dar o início da derrubada. Combinamos ainda que no final de Junho iríamos para a aldeia para ver e colaborar nos trabalhos.

São Paulo, 10 de Maio de 1981

Gilberto Azenha

Maria Elisa Ladeira

centro de trabalho
INDIGENISTA

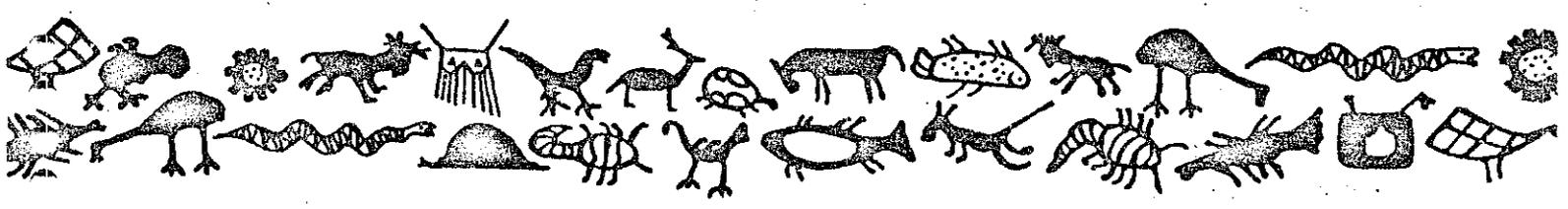
rua mato grosso, 412
01239 · são paulo · brasil

centro de trabalho
285
Kraho
P.R.
INDIGENISTA

RELATÓRIO

PROJETO KRAHO

Período Março/Dezembro de 1981



centro de trabalho
INDIGENISTA

rua mato grosso, 412
01239 - são paulo - brasil

1. A "roça grande"

A "roça grande", a roça das metades Catãmjê e Wacmêjê, está plantada, com 5 alqueires de arroz e milho. A solução que discutimos em março para a administração do projeto deu certo: o seu controle através do sistema de metades Catãmjê/Wacmêjê resolveu o problema do confronto entre a "minha roça" e a "roça do projeto" (entre a roça do grupo doméstico e a "roça do João Canuto"). Isto ocorria devido, sobretudo, ao modo como vinha sendo conduzido o projeto, centrado na figura do chefe João Canuto e que ficava dividido entre a solidariedade devida a seus parentes e a obrigação de distribuição geral e equitativa dos benefícios do projeto que seu cargo impõe. Este ano, todos fizeram a roça de todos. A "administração" do dinheiro (quer dizer, a decisão de como, onde e no quê aplicá-lo) ficou sob a responsabilidade dos líderes das metades e por, por isso, discutida por todos os membros Catãmjê e Wacmêjê, de um modo "corporativo" e muito semelhante ao modo como discutem, por exemplo, a estratégia a ser adotada durante uma corrida de tora, onde o objetivo é fazer valer o "ponto de vista" de uma delas Catãmjê ou Wacmêjê.

O dinheiro passou da "esfera privada" (onde seu emprego era determinado pelos interesses dos vários grupos domésticos e do modo como se ligavam a João Canuto), para a "esfera pública" (e ritual) das metades, onde os interesses dos grupos domésticos não são representados enquanto tais.



centro de trabalho
INDIGENISTArua mato grosso, 412
01239 · são paulo · brasil

Acompanhei os 15 dias de derrubada da roça. Os homens, divididos em metades, fizeram seus acampamentos separados e dividiram a mata. Todo o processo de decisão relativo à escolha das partes, o modo de organizar o trabalho etc... teve como pano de fundo a competição (ritual) entre as metades. Os líderes incentivavam suas "turmas" em função do que a outra estava fazendo (se estava mais adiantada ou não, mais bonita, em que rancho se comia melhor, etc...). A rivalidade entre os "partidos" contaminou os trabalhos de roça, que tradicionalmente está ligado à esfera doméstica e aos interesses particulares do grupo doméstico. Mesmo aqueles Catãmjê ou Wacmêjê que pouco participaram dos trabalhos, por razões diversas, não deixarão de ter sua parte na colheita do arroz e do milho e terão seus lotes (no sistema anterior do "mutirão" em roças particulares isto já traria problemas e ressentimentos). Creio que esta é a primeira vez em muitos anos que todos os grupos domésticos no Galheiro terão sua roça.

As mulheres pouco participaram dos trabalhos. Quando iam para o acampamento, ficavam fazendo artesanato ou iam colher frutos no cerrado. E como havia sido decidido, durante a minha estada lá, que somente haveria a distribuição dos lotes individuais após a colheita do arroz e do milho, a participação das mulheres no empreendimento daria-se no plantio de mandioca, batata, inhame etc..., isto é, na "agricultura tradicional" (já portanto, "individualizada", nos lotes dos grupos domésticos).

A decisão de plantar e colher o arroz em comum deveu-se ao fato de que, na roça toda, existiam lugares melhores e piores para o arroz, de forma que se fosse dividida em lotes antes do plantio (como estava previsto), alguns seriam mais beneficiados do que outros. Assim, o arroz e o milho,





rua mato grosso, 412
 01239 - são paulo - brasil

depois de colhidos, serão distribuídos a cada homem Catãmjê ou Wacmêjê, reservando-se a parte necessária ao plantio do próximo ano. Depois da colheita, as mulheres receberão seus lotes, que cultivarão segundo suas preferências.

Os efeitos que este sistema trouxe (e trará) para a vida da aldeia foram decisivos e marcará , penso que definitivamente, os rumos do projeto. "Ritualizar", de certo modo, a subsistência significa, no contexto Krahô, revalorizar o papel masculino na subsistência, restrito tradicionalmente às expedições de caça (e nem todos são caçadores mesmo) e incursões nos moradores regionais vizinhos, onde completam o pouco que suas pequenas roças produzem. Durante estes últimos 3 anos percebi, nas conversas com as mulheres, um problema, que de certo modo colocava em xeque a ordem social Krahô: a oposição homem/mulher, matriz desta ordem, era colocada por elas como oposição exclusiva entre vida ritual/subsistência, tora/comida, "preguiça"/trabalho. Muitas expressavam o desejo de casarem suas filhas com brancos e mestiços, "porque trabalham mais" e "Krahô só sabe correr com tora". Esta é uma reclamação feminina por excelência, pois a competência das mulheres é, principalmente, zelar pelo bem estar físico do "indivíduo", e é a partir daí que realiza-se o "complexo doméstico". O pátio, ao contrário, como lugar do homem e da vida ritual, pressupõe que o "drama doméstico" (a comida) esteja resolvido: não há vida ritual sem distribuição de alimentos.

Neste ano, a subsistência extravazou os limites do grupo doméstico, reduziu em parte a crescente competência da mulher na determinação do ritmo da aldeia, do que fazer (ritual ou comida). O que não quer dizer que as mulheres foram de algum modo "rebaixadas" nas suas atribuições: o que ocorreu foi o reequilíbrio dos papéis masculinos e femininos, com a operação do sistema de metades fazendo com que o ponto de vista masculino voltasse a ter

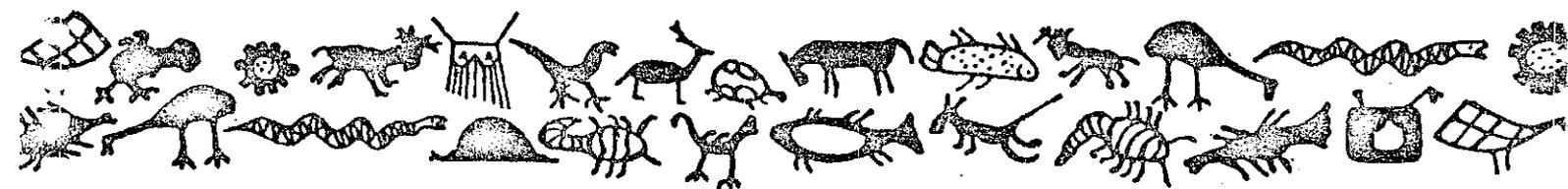


centro de trabalho
INDIGENISTArua mato grosso, 412
01239 - são paulo - brasil

um peso maior no conjunto da subsistência. O problema, segundo este "ponto de vista", não é comer ou trabalhar, mas como comer e trabalhar (com tora ou sem tora?).

Não sabemos com certeza se este sistema de trabalho será institucio-
nalizado, ou melhor, se a subsistência a partir de agora será também ^{da} compe-
tência das metades Catãmjê/Wacmêjê. Mas pensamos ser uma alternativa viável
na medida em que vem dar uma nova função (no contexto Krahô) para os homens
dentro da agricultura, atividade "feminina" por excelência (a roça é da
mulher), e cujo peso no conjunto da subsistência é hoje muitas vezes maior
do que no passado. O que nos parece é que poderíamos ter algo como uma "nova
agricultura" - de arroz, produto recente e de "fora" - de responsabilidade
dos homens divididos nas metades, que seria completada pela "agricultura
tradicional" das mulheres (de tubérculos), o que, de certa forma, redefi-
niria os papéis complementares de homens e mulheres, tradicionais (caça/agri-
cultura) sem contudo alterar a forma da oposição homem/mulher, que permane-
ceria a mesma (público/privado, ritual/subsistência etc...). Além disto,
parece que existe agora uma alternativa viável à crescente "privatização"
das atividades de subsistência, e a conseqüente dispersão dos grupos
domésticos.

A colheita do arroz será feita a partir do final do mes de janeiro
próximo, e deveremos estar na aldeia para acompanhar e auxiliar no que for
preciso.



centro de trabalho
INDIGENISTArua mato grosso, 412
01239 - são paulo - brasil

2. As relações Galheiro/Funai

Este ano aconteceram dois episódios decisivos para a redefinição das relações do Galheiro com a Funai (e, conseqüentemente, com os brancos). O primeiro foi a expulsão do chefe -do-posto Antoninho, (que veio substituir a Pedro Paulo) e que permaneceu neste posto por apenas 3 meses; o outro episódio diz respeito ao modo como se deu a aceitação, por parte do Galheiro, do nº chefe designado(Osmar, descendente de Terena).

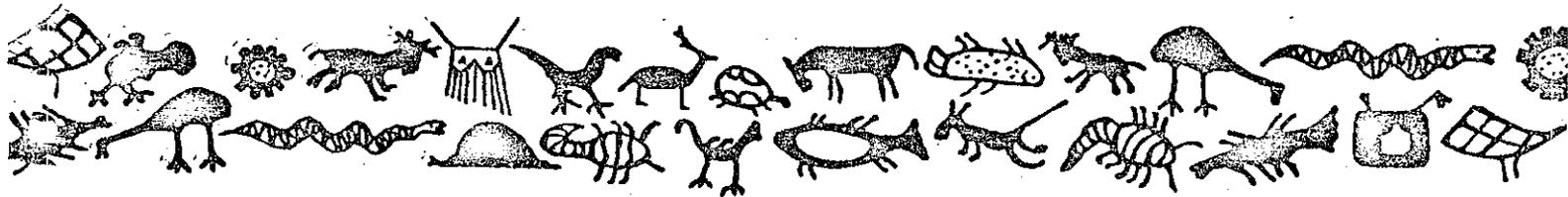
O que foi importante no primeiro episódio não foi o fato da expulsão em si (João Canuto já havia mandado embora alguns funcionários anteriormente), mas o modo como se processou, que tem repercussões importantes para a redefinição do padrão Krahô de relações com a Funai. Antoninho foi expulso pelo fato de ter proibido os índios do Galheiro de hospedarem-se em casas de "compadres" seus em Itacajá (alegava que os índios não deveriam mais ficar "andando bebados por Itacajá", que "deveriam dormir no mato", pois tinha recebido "ordens" para "acabar com a cachaça", e por aí ia). Ameaçou prender os amigos dos índios que insistissem em hospedá-los. Um índio do Galheiro, voltando de viagem, não obteve "rancho" na casa de um conhecido seu e ficou sabendo da proibição, levando em seguida tal fato ao conhecimento da aldeia. O sentimento de revolta foi grande, e todos os homens que se encontravam na aldeia (uns 23) foram até o posto conversar com Antoninho. A intenção dos homens era a "dar uma pêla para que aprendesse a ter respeito", mas Antoninho percebeu o risco que corria e calou-se. Negou o fato, mas confrontado com o rapaz que havia trazido a notícia, não reagiu. O diálogo travado entre Aleixo (ex-"capitão" que substituiu a João Canuto, que estava ausente) e o funcionário



rua mato grosso, 412
01239 · são paulo · brasil

é revelador de uma nova atitude do Galheiro para com a Funai. Aleixo começou perguntando para Antoninho "qual era o estatuto dos índios", se tinha vindo para ajudar ou para "desmoralizar o índio". Antoninho respondeu que estava ali para "ensiná-los, porque índio é que nem criança" e que era pago pelo Governo "para tomar conta dos índios". Aleixo então lhe disse que pelo que tinha feito, ele tinha mostrado que "não estava pelo índio", que estava "desligado deles" e que então era melhor desligar de vez, porque se "estava lá para prejudicar o índio" era bom ir embora logo antes que alguma coisa acontecesse com eles. Depois explicou então que "os índios moram longe, e têm precisão de ir em Itarajá comprar suas coisinhas" e que tinham amigos lá: "você Antoninho acha bom dormir no coberto, no quente e é como você está dormindo aqui na nossa terra, então porque você quer que o índio durma no mató?".

Depois de dois dias Antoninho deixou a aldeia, a pé, só voltando após 12 dias acompanhado do delegado da Funai. Reuniram-se, assim que chegaram, com João Canuto, com quem discutiram por uma hora e foram embora: João havia dito ao delegado que ali na aldeia não tinha nada dele e nem o que fazer e que Antoninho tinha sido mandado embora. Ainda na discussão com o Antoninho, Milton Hapy'hi tinha dito o seguinte; depois que aquele respondeu qual era a sua função na aldeia: "Está certo Antoninho, mas já foi aquele tempo que o índio não entendia de nada e vocês podiam fazer do jeito que vocês queriam. Agora se vocês veio para ficar aqui com nós você tem que ser como homem, pensar direito e respeitar os índios... E assim Antoninho você toma cuidado daqui pra frente, que não é mais esses índio velho que está falando com você... você não faz nada, não ajuda o índio, não respeita e fica só desmanchando o nosso plano...".



centro de trabalho
INDIGENISTA

rua mato grosso, 412
01239 · são paulo · brasil

Depois de 20 dias chegou o novo chefe-do-posto, mas João Canuto não permitiu que ficasse na aldeia: teve que ficar esperando durante dias em Itacajá a chegada de uma comissão da Funai de Goiânia que iria até o Galheiro negociar com João a ^{sua} permanência no Galheiro. No dia da chegada desta comissão, João Canuto reuniu todos os homens do Galheiro na sua casa para discutirem sobre a permanência ou não do novo funcionário e a vontade da maioria deles era a de não permitir mesmo a entrada. O pessoal da Funai chegou e apresentaram o novo chefe. O sub-delegado da Funai, "chefe" da comitiva, começou a argumentar que João Canuto deveria "experimentar" o novo funcionário "antes de jogar ele fora", que ele era índio também (Terena), e muito "amigo dos outros índios" etc... João delegou então a decisão final para Milton Hapy'hi, que decidiu aceitar o novo funcionário dando um prazo "para a gente ficar conhecendo o modo dele e ver se está do lado do índio mesmo". Milton falou o seguinte para Osmar: "você tem cara de índio, parece índio, então nós vamos ver se você está aqui para ficar do nosso lado ou vai ficar do lado do branco, porque se você veio pra ajudar só o branco como os outros funcionários, você nem precisa ficar".

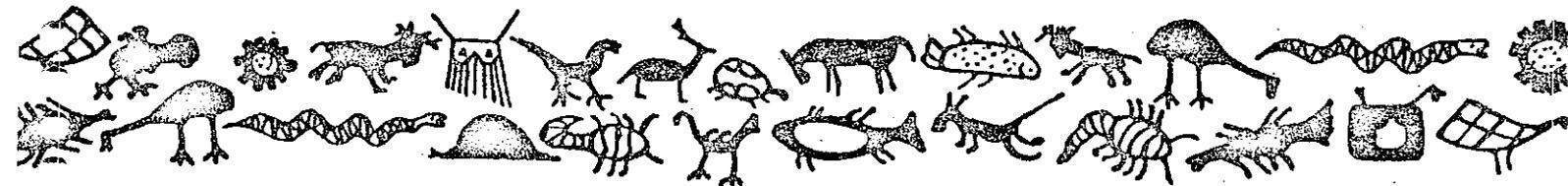
Estes episódios e estes diálogos mostram que a necessidade da Funai começa a ser criticada de um modo inteiramente novo pelos índios do Galheiro, rompendo com o "conformismo" adotado como norma pelos Krahô desde a instalação do Posto Indígena, após o massacre de 1940. Aquela necessidade sempre foi vista como "necessidade de proteção" e o chefe-do-posto chamado de pa'hi ("chefe", o quer dizer "protetor", "benfeitor", "aquele que olha por nós e por nossos interesses"). Os Krahô normalmente não contestam o caráter desta "chefia": sabem que, via de regra, estes funcionários são "sovinas" e que não obedecem (e nem entendem) aquilo que o estatuto



centro de trabalho
INDIGENISTArua mato grosso, 412
01239 - são paulo - brasil

de pa'hi que lhes foi conferido implica em termos de aliança (no caso de um "estrangeiro") e de compromisso. Mas aos olhos dos Krahô isto pouco importa, pois a "proteção", por pior que seja, os obriga a aceitarem qualquer um, ainda porque ela foi o produto de uma ameaça, o massacre. É nisto que se fundamenta o padrão das atitudes dos Krahô vis-a-vis os funcionários do "governo" na área, padrão este que é constantemente reforçado por todos os funcionários quando contestados: dizem que os Krahô não poderiam viver sozinhos, que seriam atacados e mortos pelos cupê. Aceitam qualquer funcionário e, depois de um período inicial onde ficam sabendo se é "bom" ou "sovina", tornam-se indiferentes ao que ele faz ou deixa de fazer, se atende ou não seus reclamos e pedidos individuais: o que importa, independentemente da sua ação ali, é o que representa. E o que representa estes funcionários é muito claro para todo Krahô: representam o poder que lhes "concede" sobreviver como Krahô.

É esta representação que, pensamos, começou a ser alterada pelos índios do Galheiro nos últimos anos. Se, até bem pouco tempo atrás, a perspectiva que tinham era a de trocar o "mau protetor" pelo "bom protetor" (nós), depois dos últimos acontecimentos deste ano começa a aparecer uma outra possibilidade: a de sentirem-se seguros de permanecerem Krahô sem serem obrigados a se sujeitarem a um representante branco, com poder de polícia sobre eles e que não devessem contestado (os velhos sempre aconselham os mais jovens a não discutirem com o chefe-do-posto; no caso de um "capitão", pa'hi, é impensável qualquer contestação mais grave, podendo perder seu posto aquele que a comete). Os Krahô do Galheiro estão, literalmente, dispensando a Funai e o que representa: no final da reunião, acima mencionada, com o delegado deste órgão, este funcionário dizia que "estava percebendo o que estava aconte-



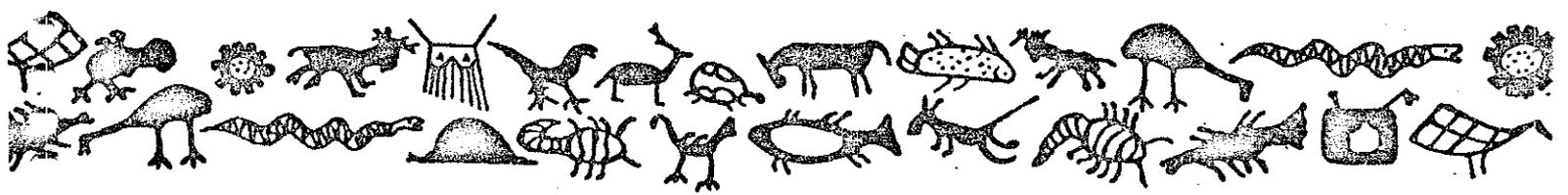


rua mato grosso, 412
01239 - são paulo - brasil

cendo com aquela aldeia", que os índios dali "não querem é nada, não querem chefe, não querem aprender, não querem ir pra frente..." para encerrar com a velha ameaça, "mas vocês não se esqueçam que a terra é do governo", ao que foi contestado por um jovem nos seguintes termos: "você pode levar tudo, o chefe, a casa do posto, a escola, o carro, porque isso não é nosso mesmo, mas no que é nosso você não mexe."

Acreditamos que vem sendo criada pelos Krahô do Galheiro uma outra segurança para a fronteira (territorial e cultural) e que passa necessariamente por uma redefinição das relações com a Funai e com os brancos ("de longe" e de "perto"): não mais desejam ser "os marginais protegidos" ("índio, cigano e polícia é tudo igual: ninguém mexe", como dizia em 1975 um habitante do Galheiro) ou "crianças" cujas "artes" (roubar gado, beber) devem ser reprimidas - e cuja existência como tal sentem que deve ser assegurada pelo "governo". Os índios do Galheiro não "arrancham" mais na periferia de Itacajá ou bebem escondidos; compram a crédito na "rua" sem ter o aval da Funai - e ninguém anda dizendo que o comerciante que os atende é ingênuo ou que "vai levar trambique". Comentam, no sertão e em Itacajá, que os "índios do Galheiro estão ficando valentes, sabidos": o que nos parece ^{que} os Krahô do Galheiro querem mostrar é exatamente isto, que devem ser respeitados (hũmpa: "respeito", "medo", sentimento que se devota a alguém que tem "força"), que são homens e que sabem e têm força para defenderem seus interesses.

A vila de Itacajá tem menos de 5 mil habitantes e o que acontece ali ao seu lado, na área Krahô, repercute imediatamente. A mudança das atitudes dos índios do Galheiro para com os funcionários da Funai não teve por efeito suscitar as veleidades de invasão da área, que estariam sendo "reprimidas" pela Funai (antes os índios colocavam dentro da área seus conhecidos



centro de trabalho
INDIGENISTArua mato grosso, 412
01239 - são paulo - brasil

brancos e a Funai os tirava; hoje a Funai põe seus brancos e os índios tiram). Aconteceu o inverso: quem "mede forças com o governo" merece, aos olhos de Itacajá e do sertão, muito respeito. Por aí se percebe que a ameaça, antes "histórica", vem sendo usada pela Funai como uma espécie de trunfo seu para manter seu poder sobre os Krahô: só assim pode justificar para os índios a necessidade da sua presença, ao mesmo tempo em que garante para si o poder de autorizar a invasão do território, quando fosse do interesse do governo, "dona da terra", como diz o delegado.

É óbvio que o nosso papel neste processo é fundamental (nosso, do CTI, da PPM): os índios do Galheiro têm dinheiro, pagam suas dívidas e têm alguém "importante" (aos olhos de Itacajá e do sertão, e também dos funcionários) ao lado deles. Não sentem já tanta necessidade da nossa presença constante na aldeia para "substituir" a Funai; realizam todas as operações necessárias de compra do projeto, à sua maneira; estabeleceram um sistema de controle destes gastos com o comerciante de Itacajá que lhes dá crédito, de modo a poderem prestar contas dos gastos que realizam (para si e para nós); qualquer problema que surge vão a Guarai (3 dias ida e volta) e telefonam para nós. Milton e Aleixo estiveram em São Paulo no mês de julho para a reunião de Líderes Indígenas e Entidades de Apoio, organizada pela Comissão Pró-Índio/SP, e foi muito importante para conhecerem a luta e a organização dos outros grupos indígenas e a "força" que podem encontrar na "cidade" (mais tarde, durante a minha estada lá, Milton indagava a viabilidade da realização de uma assembléia indígena em Itacajá, "para mostrar para os cupê a nossa força").

Durante a minha última estada no Galheiro, uma comissão de homens da aldeia da Cachoeira (o "capitão" e praticamente todos os velhos) foram até aquela aldeia, para conversarem comigo e com os líderes do Galheiro,



sobre a possibilidade de um trabalho semelhante ao do Galheiro ser desenvolvido na Cachoeira. A iniciativa partiu do ex-capitão desta aldeia, Antonio Cavalcante, que há já algum tempo nos procura para propor um trabalho "por fora da Funai". Antonio tinha deixado o cargo de capitão 2 meses antes, devido a uma discussão que tivera com o chefe-do-posto, o que desagnadou aos velhos da aldeia. Quando cheguei no Galheiro, Antonio lá se encontrava há mais de um mês, segundo ele "vendo como era o movimento". Seu filho mais velho tinha sido investido no cargo de pa'hire ("chefe honorário) pelo povo do Galheiro, o que servia para selar a aliança entre a aldeia do Galheiro e a facção liderada por Antonio na Cachoeira. Decidimos naquele encontro que Paulo Cesar da Silva, que já havia trabalhado conosco na Cachoeira durante o tempo da Funai, iria para ficar um tempo na Cachoeira para ver e discutir com eles a situação ali. Paulo neste momento se encontra na área, mas qualquer decisão a ser tomada dependerá do Galheiro. Na verdade João Canuto calcula que uma aldeia a mais a seu lado lhe daria mais força na sua luta com a Funai, o que é correto. Paulo vai observar principalmente se Antonio com apoio interno suficiente na sua aldeia para começar o trabalho. Expliquei no Galheiro que, caso o trabalho na Cachoeira fosse possível, eles teriam que repassar os recursos necessários para o Antonio, ao menos neste começo, com o que concordaram.



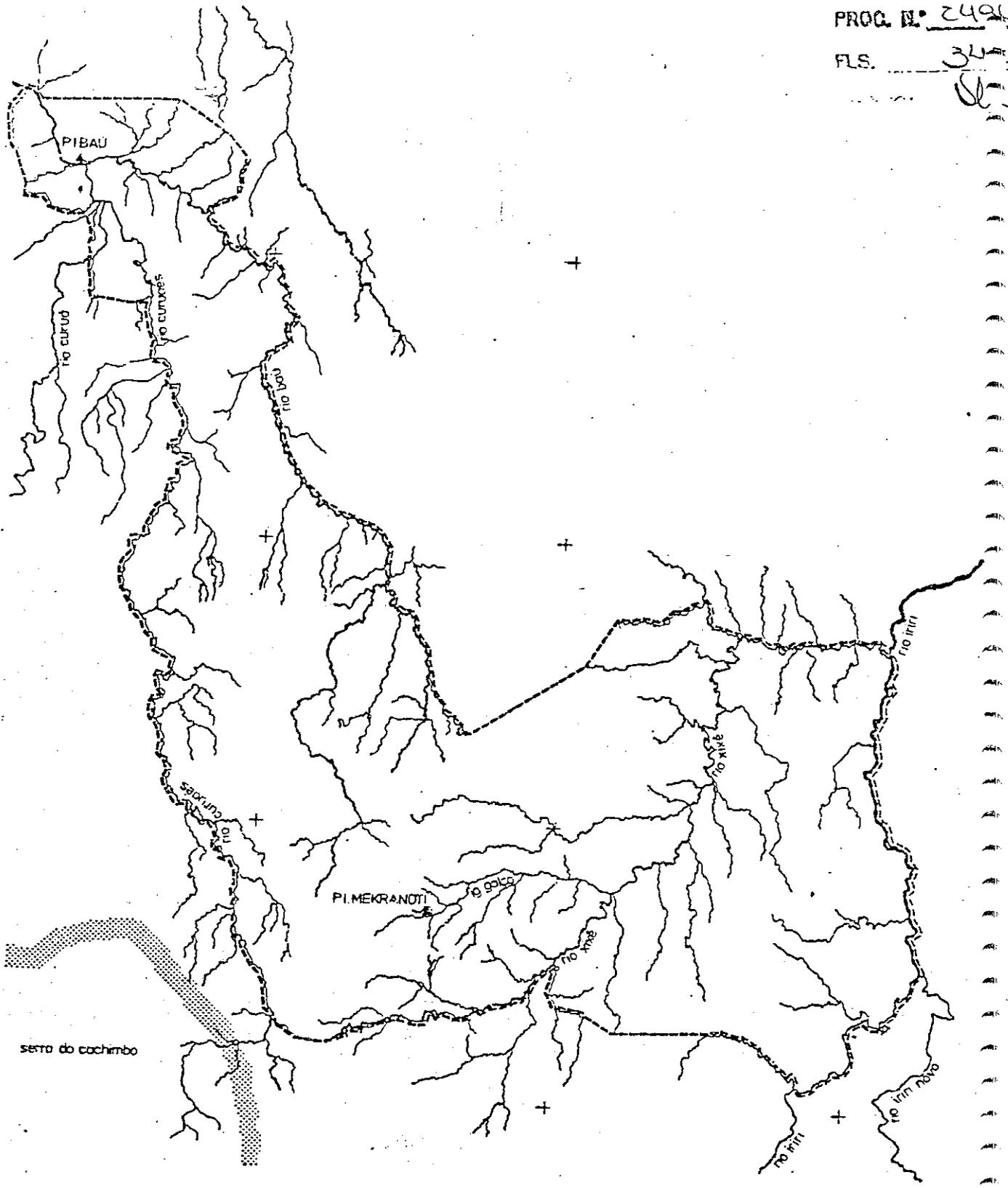


fig. 13 Mapa indicando a nova proposta para reserva dos índios Mekranoti dos Postos Indígenas Mekranoti e Baú (2nda D.R. da FUNAI).